

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

LUANA SUELEN PACHECO DOS SANTOS

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL: um estudo sobre o  
planejamento da PMPA no desenvolvimento de ações preventivas**

BELÉM-PA

2018

LUANA SUELEN PACHECO DOS SANTOS

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL: um estudo sobre o  
planejamento da PMPA no desenvolvimento de ações preventivas**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado para a obtenção do grau de  
Bacharel em Biblioteconomia da  
Universidade Federal do Pará, sob  
orientação do Prof.<sup>a</sup> Williams Pinheiro.

BELÉM-PA

2018

LUANA SUELEN PACHECO DOS SANTOS

## **A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE INTERESSE POLICIAL:**

**Um estudo sobre o planejamento da PMPA no desenvolvimento de ações preventivas**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado a Universidade Federal do  
Pará, para a obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia.

Belém, 30 de janeiro de 2018.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Williams Pinheiro  
(Orientador)

---

Prof. Oderle Milhomem  
(Prof<sup>a</sup>. examinadora)

---

Prof. Nara Farias  
(Prof<sup>a</sup>. examinadora)

*Dedico este trabalho de conclusão da graduação aos meus familiares e amigos que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui. A minha família, em especial a minha mãe Cilene pelo incentivo e paciência, por sua garra em ter que desempenhar o papel de mãe e pai e por ter batalhado tanto para me proporcionar condições para que eu pudesse desenvolver meus estudos. Agradeço aos meus avós maternos, Marly e Mário por terem sido base na minha criação e formação do meu caráter, e tudo o que sou hoje devo a eles a minha gratidão.

Aos meus irmãos Leandro, que apesar de estar longe, por morar em outro Estado, sempre me incentivou e me deu forças para nunca desistir em meio a correria do dia-a-dia e outras tantas responsabilidades e ao, Junior (in memoriam), que apesar de muito jovem, infelizmente não pôde estar presente em mais um dos momentos mais feliz da minha vida, mas que quando estava ao meu lado, me ensinou, o verdadeiro sentido de humildade e compaixão pelo próximo, além de me permitir muitos sorrisos nos momentos de adversidade, por seu jeito de menino, inocente frente aos riscos e incertezas da vida.

Ao meu pai, José, por se esforçar a cada dia para recuperar o afeto e o amor, um dia deixado de lado. As minhas tias, primas e demais familiares paternos por me acolherem sempre com todo carinho, em vocês encontro a confiança e paz.

Ao meu Orientador, professor e incentivador Williams Pinheiro, que não mediu esforços para que este estudo fosse desempenhado e concluído com sucesso e admiração pela temática super relevante.

Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre estiveram ao meu lado durante esta caminhada, em especial a minha amiga Jéssica Couto, que muitas vezes compartilhei momento de tristezas, alegrias, angústias e ansiedades, e que mesmo morando em Brasília, sempre me apoiou e ajudou, agora bem mais por ter se tornado minha comadre. Aos meus amigos do trabalho, Hédion e Paula que seguraram as “pontas” quando precisei me ausentar das minhas funções, dedico a vocês o meu carinho. As minhas amigas, Layanne e Liliane que a PMPA me presenteou, vocês são bem mais que amigas, as tenho com irmãs, e agradeço imensamente por fazerem parte de mais uma vitória na minha vida.

Por fim, o agradecimento mais especial, a uma pessoa que ainda não sabe ler, por ter apenas 1 aninho e 7 meses, minha filha Anna Luiza, que certamente foi quem mais sentiu minha falta nos momentos de dedicação a este estudo. Ainda assim, ela foi minha maior companheira, e é por ela que eu perseverei em busca de uma melhor qualidade de vida. Agradeço a minha filha por todo carinho, alegrias, e sorrisos que me proporciona a todo momento. Minha princesa, isso tudo é por nós, e principalmente por você, pois antes de nascer eu achava que sabia o que era amor, mas estava enganada, pois só tive a certeza deste sentimento quando você nasceu, pois o amor que sinto por você é imensurável e infinito.

A estes, dedico meu trabalho, sem a ajuda, confiança e compreensão de todos, este sonho não teria sido realizado.

*“A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído”.*

*Confúcio*

## RESUMO

A sociedade contemporânea, também denominada sociedade da informação é marcada por mudanças instantâneas no que concerne a explosão informacional, sendo a informação, um ponto ancoradouro na busca pela solução dos mais variados problemas.

Na esfera da Segurança Pública, o uso das informações situa-se como um dos elementos centrais no desenvolvimento de estratégias de combate e enfrentamento a criminalidade. Para que se possa fazer uso da informação no planejamento das ações preventivas de enfrentamento a violência, antes de tudo se faz necessário ter essa gama de informações organizada, o que requer mecanismos que possibilitem a produção do conhecimento. Nesse sentido, este estudo evidencia a mediação da informação voltada para a área da segurança pública, o que permite o gerenciamento e o aproveitamento das informações de forma a sistematizar as informações geradas na base de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP). A utilização das informações em prol da segurança pública possibilita a criação de um processo sistemático de produção de conhecimento, pois os indicadores derivados das estatísticas criminais auxiliam na elaboração de ações de combate à criminalidade permitindo que a sociedade se sinta mais segura, o que também está diretamente relacionado a uma mudança significativa no modo de atuação dos policiais militares, evidenciando características, como a inteligência e a pró-atividade.

**Palavras-chave:** Informação. Segurança pública. Mediação da Informação. Criminalidade.

## **ABSTRACT**

Contemporary society, also called the information society, is marked by instantaneous changes in what concerns the informational explosion, and information is an anchor point in the search for the solution of the most varied problems. In the sphere of Public Security, the use of information is one of the central elements in the development of strategies to combat and combat crime. In order to make use of the information in the planning of preventive actions to combat violence, first of all it is necessary to have this range of information organized, which requires mechanisms that enable the production of knowledge. In this sense, this study evidences the mediation of public security information, which allows the management and use of information in order to systematize the information generated in the Integrated Public Security System (SISP) database. The use of information for the sake of public safety allows the creation of a systematic process of knowledge production, since the indicators derived from criminal statistics help in the elaboration of actions to fight crime, allowing society to feel safer, which is also directly related to a significant change in the way military police officers operate, evidencing characteristics such as intelligence and proactivity.

**KEY WORDS:** Information; public security; mediation of information; crime;

## **LISTA DE SIGLAS**

CF – Constituição Federal

DGO – Departamento Geral de Operações

PCPA – Polícia Civil do Estado do Pará

PMPA – Polícia Militar do Estado do Pará

SISP – Sistema Integrado de Segurança Pública

SIAC – Secretária Adjunta de Análise Criminal

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	16
<b>3 SEGURANÇA PÚBLICA: DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?</b> .....	18
<b>3.1 As principais causas da violência</b> .....	19
<b>4 O USO DAS INFORMAÇÕES NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA</b> ....	21
<b>5 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA PMPA</b> .....	23
<b>5.1 Fundamentação legal</b> .....	24
5.1.1 Constituição da República .....	24
5.1.2 Constituição do Estado do Pará.....	24
5.1.3 O Departamento Geral de Operações	
5.1.4 Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016 .....	25
5.1.5 Diretriz Geral De Emprego Operacional Da Polícia Militar Do Pará nº 001/2014 DGO/PMPA.....	25
<b>6 A SECRETARIA ADJUNTA DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE CRIMINAL (SIAC): UM BREVE ESTUDO SOBRE A BASE DE DADOS QUE FOMENTA O PLANEJAMENTO DA PMPA</b> .....	26
<b>6.1 O processo de geoprocessamento</b> .....	27
<b>7 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE A CRIMINALIDADE DA PMPA</b> .....	29
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	35

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea, também denominada sociedade da informação, é marcada por mudanças instantâneas no que concerne a explosão informacional, sendo, a informação, um ponto ancoradouro na busca pela solução dos mais variados problemas.

As organizações inseridas nesta sociedade, com o intuito de superar suas instabilidades, estão sempre voltadas a busca incessante de métodos para o enfrentamento de seus problemas, daí surge a necessidade da informação e do conhecimento como ferramentas eficientes no processo de planejamento e gestão de suas políticas.

Sobre o papel da informação nas organizações, Beuren (2000, p.43) enfatiza que a informação é fundamental no apoio às estratégias e no processo de tomada de decisão, bem como no controle das operações empresariais. Sua utilização representa uma intervenção no processo de gestão, podendo inclusive, provocar mudança organizacional, à medida que afeta os diversos elementos que compõem o sistema de gestão.

Dentro de uma organização, para que se produza conhecimento, faz-se necessário que seu banco de informações esteja sempre organizado, pois conforme defende Beal, as organizações do século XXI existem num ambiente repleto de inter-relações que permanecem em constante estado de mutação, e nesse contexto, informação e conhecimento representam patrimônios cada vez mais valiosos, necessários para que se possa prever, compreender e responder às mudanças ambientais e alcançar ou manter uma posição favorável no mercado. (BEAL, 2008, p. 7)

Em uma organização, seja ela, pública ou privada seus processos decisórios e operacionais necessitam de uma base de dados alimentada com informação de qualidade para que a produção do conhecimento seja eficaz, e é nesta perspectiva que se destaca a importância da mediação da informação, como ferramenta imprescindível no processo de planejamento e gestão de suas políticas, Almeida Junior, caracteriza a mediação da informação como toda ação de interferência que propicia a apropriação da informação que satisfaça uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

A mediação da informação pode ser entendida como um processo que abrange várias etapas, iniciando na fase da organização à disseminação da informação para a produção do conhecimento. Nesse sentido, no desenvolvimento deste estudo serão apresentados conceitos sobre mediação da informação de maneira geral, e sua aplicabilidade na área de segurança pública.

No intuito de tornar acessível a apropriação da informação e produzir conhecimento acerca das ações operacionais desenvolvidas pela Polícia Militar do Estado do Pará, serão apresentadas as etapas que compõem o processo de planejamento operacional da instituição.

O uso das informações no planejamento das atividades policiais situa-se como um dos elementos centrais neste processo, pois reflete de forma direta e significativa na forma de atuação dos profissionais desta área.

Entende-se que a produção e a difusão de conhecimento no campo da segurança pública constituam por si só, ações de prevenção, pois corrigem deformações na representação social dos problemas que possam ser gerados de alarme social e servem de subsídios na formulação de políticas (DIAS NETO, 2005, p.119)

O problema da segurança pública está pautado em diversos fatores, tais como: a desigualdade social, econômica, racial, a falta de emprego, a precariedade dos sistemas de educação, saúde, e lazer, entre outros.

Diante desta realidade, o anseio por segurança, é cada vez mais emergente o que sobrecarrega o papel da Polícia Militar na manutenção da ordem pública, contudo se faz necessário que haja compreensão por parte, principalmente da sociedade, de que a responsabilidade pela segurança pública, não cabe a PM de forma isolada, mas a sociedade como um todo, conforme prevê o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que define o ramo da segurança pública como responsabilidade de todos.

Em virtude do desenfreado crescimento do índice de violência no Estado do Pará, a área da segurança pública tem se tornado uma das prioridades no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas. Nesse sentido, a aproximação com a temática, ocorreu durante o processo de planejamento de ações de prevenção e combate à violência.

Foi possível perceber durante este processo, a necessidade de questionamento quanto à precisão das informações para a delimitação dos pontos críticos de violência, e conseqüentemente a necessidade das ações desenvolvidas pela massa operacional da instituição PMPA, muitas das vezes incompreensíveis aos olhos da sociedade.

O plano operacional da PMPA é pautado na recuperação de informações contidas na base de dados do Sistema Integrado de Segurança pública (SISP), em que são realizados levantamentos acerca dos índices de crimes consolidados, para a delimitação dos pontos críticos de violência e posteriormente são definidas as ações operacionais a serem desenvolvidas para o enfrentamento do problema da criminalidade.

O desenvolvimento do plano de ações desta instituição, envolve princípios, valores e eixos estruturantes, o que enseja a participação de diversos atores, destacando-se a integração com a comunidade, como principal fornecedora de informações para o desenvolvimento de suas ações estratégicas, táticas e operacionais.

Este estudo é relevante, pois evidencia a importância da mediação das informações na criação de metodologias de prevenção e combate à violência, bem como torna acessível o conhecimento sobre a complexa missão da PMPA em suas atividades fins.

Diante do contexto apresentado, a responsabilidade da segurança pública, está cada vez mais distante do que define a Constituição Federal e, portanto, nota-se o esforço por parte da polícia em direcionar suas ações aos problemas das mais variadas classes, contudo o reconhecimento que se espera por seus serviços prestados é cada vez menor, e muitas das vezes nulo, talvez até por falta de compreensão por parte da sociedade da necessidade de determinada atuação dos profissionais desta área.

Devido a tal realidade, definiu-se a problemática deste estudo: As ações preventivas desenvolvidas a partir da mediação das informações contidas na base de dados do SISP, e que estão pautadas no planejamento da PMPA, são compreensíveis aos anseios da sociedade no que se refere ao combate à criminalidade?

Compreender a implementação e o desenvolvimento das ações preventivas desenvolvidas pela PMPA, e tornar acessível o conhecimento sobre suas práticas no combate à criminalidade, é o objetivo principal deste estudo, e como objetivos específicos pretende-se evidenciar a importância da mediação da informação na criação de estratégias de prevenção e redução da violência; tornar acessível o conhecimento quanto a missão da PMPA e da unidade responsável pela criação das ações de combate à violência – Departamento Geral de Operações (DGO) e, por fim, realizar uma análise da base de dados que media as informações para elaboração do planejamento operacional da PMPA buscando o entendimento acerca das operações realizadas pelos policiais militares em suas atividades fins.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Bruyne (2011, p. 76) metodologia “é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma ‘metrologia’ ou tecnologia da medida dos fatos científicos”.

É neste sentido que ela se propõe a ajudar e a direcionar os passos do pesquisador na busca de seus objetivos. Nesta perspectiva pode-se afirmar que a pesquisa é um conjunto de ações que instrumentalizarão, de modo racional e objetivo, a busca por respostas a um problema previamente levantado pelo pesquisador. A pesquisa então, pode-se dar sob variadas maneiras, recebendo assim, diversas classificações, que mudam de acordo com o objeto que será levado em conta para a concretização da mesma.

Segundo Demo (2010, p. 20) a pesquisa teórica é “dedicada a reconstruir uma teoria, conceitos, ideias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos”. Nesse sentido a pesquisa teórica tem por objetivo a reconstrução de teorias, levantamento de discussões e apresentação de novas perspectivas acerca de temas polêmicos sem, no entanto, interferir diretamente na realidade, mas oferecendo, através de seus resultados, oportunidades para que intervenções sejam realizadas.

Além disto, Demo (2006, p. 36) defende que “o conhecimento teórico adequado acarreta rigor conceitual, análise acurada, desempenho lógico, argumentação diversificada e capacidade explicativa”.

A pesquisa teórica é de grande relevância pois possibilita ao pesquisador o levantamento de questões controversas acerca do tema de sua investigação. Sendo assim, através da análise de teorias torna-se possível redesenhar concepções acerca de situações sociais que permeiam a pesquisa realizada em busca de novas soluções ao problema estudado.

Tendo em vista que o presente estudo trata da mediação da informação na área de segurança pública, este estudo possibilita o conhecimento sobre a manifestação literária acerca da temática abordada, de modo a conhecer suas principais características e contribuições para a sociedade apresentando características descritivas e explicativas. Para o desenvolvimento da pesquisa

descritiva é necessário que o pesquisador obtenha uma série de informações sobre o que deseja pesquisar.

A forma de abordagem deste tipo de estudo consiste em descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

### **3 SEGURANÇA PÚBLICA: DE QUEM É A RESPONSABILIDADE?**

Ao se tratar da temática sobre Segurança Pública, logo vem em mente pensamentos relacionados a criminalidade, bem como às práticas policiais, sejam estas de caráter preventivo ou repressivo, no entanto a competência pela preservação da ordem pública é de responsabilidade de todos, conforme prevê o artigo 144, título V, capítulo III da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Bulos (2001) defende que a segurança pública não se resume a uma questão de polícia. Tanto que na Constituição enuncia, no preceito em epígrafe, que ela é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. (BULOS, 2001 p.1024)

Prevista no ramo dos direitos fundamentais da CF, a segurança está diretamente relacionada ao sentimento de proteção, em decorrência das políticas públicas de segurança pública praticada pelo Estado e da prestação adequada, eficiente e eficaz do servidor público de segurança pública, dessa forma, o Estado, deve garantir que os direitos fundamentais consagrados na CF, sejam respeitados e protegidos para todos os brasileiros, independentemente de sua condição social ou econômica.

Conforme se verifica o sistema de segurança pública brasileiro atual que é baseado na Constituição Federal de 1988 demonstra ter um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Infelizmente as políticas de segurança pública atual parece não conseguir resolver os problemas de criminalidade que fazem parte da sociedade brasileira. (CARVALHO; SILVA, 2003)

A segurança pública é um dos problemas mais evidentes da sociedade e o interesse pelo tema tem aumentado significativamente, pode-se observar, nos meios de comunicação, notícias sobre crimes graves, em números sempre crescentes, o que traduz o estágio avançado da criminalidade e a sua influência na vida da população.

Considerada uma das principais questões da agenda nacional, a segurança pública apresenta enormes problemas, e muito tem se discutido quanto ao desenvolvimento de políticas sobre redução da criminalidade. Nesta perspectiva, a atuação das policias militares dos Estados brasileiros, são colocadas como peça

fundamental e primordial, de enfrentamento a violência e conseqüentemente como fator indispensável na redução da criminalidade.

A violência é um fenômeno altamente complexo e dinâmico, e seu enfrentamento demanda um grande esforço integrado e multissetorial, envolvendo não só as diferentes agências de governo, mas também a sociedade em geral na busca de soluções efetivas e sustentáveis. Isto implica a necessidade de conscientização de que todos os setores da sociedade são responsáveis e devem colaborar nos programas de segurança pública e prevenção da violência. Diante desta problemática de segurança pública, muitos estudos têm sido realizados como forma de se obter respostas rápidas e eficientes a respeito do controle e prevenção da criminalidade, bem como as formas de atuação dos policiais militares, pois a violência constitui um fenômeno complexo e multicausal, e para seu enfrentamento, se faz necessário a criação de medidas interdisciplinares para sua redução ou sua tão sonhada erradicação.

### **3.1 As principais causas da violência**

Claro que identificar as principais causas para a violência e o crime em um país inteiro não é tarefa fácil, principalmente por que a criminalidade envolve uma diversidade ampla de tipos de crimes, associada a dinâmicas sociais muito diferentes. Portanto, é importante entender que dificilmente seria possível identificar uma causa específica que sintetiza-se o complexo universo heterogêneo da criminalidade. (SOARES, 2006)

No contexto brasileiro, esta variedade de crimes é bastante extensa envolvendo crimes em todos os níveis sociais, desde os roubos praticados nas esquinas por crianças pobres que se drogam abandonados nas ruas, até os crimes mais sofisticados relacionados ao tráfico de drogas e a corrupção política que atinge milhares de pessoas.

Dentro deste diversificado universo da criminalidade uma coisa é certa, geralmente todos os tipos de crimes estão relacionados, direta ou indiretamente, formando uma rede complexa de ser classificada e, ainda mais, solucionada. De modo geral, no contexto brasileiro, as causas gerais da criminalidade geralmente estão envolvidas com os altos níveis de pobreza e desigualdade, que são apontados

como os principais condicionantes da criminalidade do país. Considerando este contexto intersubjetivo e diversificado da criminalidade brasileira é evidente que há a necessidade do desenvolvimento de políticas de segurança pública eficazes e capazes de amenizar as diversas frentes criminais da sociedade. (SOARES, 2006)

Os fatores que geram violência, são os mais diversos possíveis havendo situações em que a violência é uma marca que vem sangrando há gerações, como o racismo, o conflito de religiões, diferentes culturas e há casos nos quais ela é gerada de forma pessoal, a própria pessoa constrói fatores que acabam resultando em situações violentas, como o desrespeito, o uso de drogas e a ambição.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira entrou no grupo das sociedades mais violentas do mundo. Hoje, o país tem altíssimos índices de violência, tal como àquelas praticadas nas ruas, resultando em assaltos, sequestros, etc., a violência doméstica e a violência contra a mulher, que em geral é praticada pelo marido, namorado ou ex-companheiro, além de todos esses fatores, pode-se associar a violência ao desemprego, a fome, viver em favelas, o crime organizado, a omissão do poder público, a pobreza, a desigualdade social, etc. Enfim, são várias as causas que contribuem para esse cenário.

## 4 O USO DAS INFORMAÇÕES NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

No desenvolvimento de políticas de enfrentamento a criminalidade, de forma mais específica, ao planejamento das atividades policiais, a informação, é importante instrumento de gestão de conhecimento, já que este está diretamente relacionado à inteligência policial. O uso da informação, na área de segurança pública, constitui um caráter estratégico, pois orienta as ações a serem desenvolvidas pelo setor operacional das instituições policiais militares.

Etimologicamente a palavra informação tem origem no latim, *“informare”*, e segundo Barreto (2005) “a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo”, é geradora de conhecimento, quando contribui para o desenvolvimento do indivíduo, particularmente, e do coletivo, a partir da influência do indivíduo para com seu grupo social ou em volta.

Informação é todo o dado trabalhado, útil, tratado, com valor significativo atribuído ou agregado a ele e com um sentido natural e lógico para quem usa a informação. O dado é entendido como um elemento da informação, um conjunto de letras, números ou dígitos, que, tomado isoladamente, não transmite nenhum conhecimento (REZENDE,2003, p. 60).

A informação é usualmente considerada como um conjunto de dados, os quais de forma organizada traduzem fatos e acontecimentos, e que possibilitam o conhecimento sobre determinado assunto, o que é possível através da interação dos sujeitos com o mundo exterior.

Para Le Codic (1996), fazer uso da informação, é trabalhar com a matéria informação para obter um efeito que satisfaça uma necessidade de informação.

A informação é um fator de elevada importância em qualquer gestão organizacional por ser um recurso indispensável nos mais variados contextos das organizações. Dessa forma, a informação passa a ser um elemento central na construção de políticas de segurança pública, pois conforme se observa nos meios midiáticos, a criminalidade passou a se organizar cada vez mais, de modo a requerer a contrapartida equivalente a suas ações audaciosas.

Como forma de aplacar as ações dos criminosos, o poder público aos poucos, se volta a utilizar as tecnologias, pautado em um novo paradigma da sociedade da informação que busca através da eficiência a utilização das tecnologias a serviço do

cidadão. Nesse sentido, a área de Segurança Pública é geradora de informações por meio do preenchimento dos boletins de ocorrências gerados pelas polícias civis e militares de cada Estado. Essas informações formam as estatísticas que irão subsidiar a criação de indicadores sociais e mapas do crime. Os indicadores sociais criam um retrato de uma realidade social de determinada área, indicando, aproximando e traduzindo em termos estatísticos os problemas de criminalidade.

A utilização das informações em prol da segurança pública possibilita a criação de um processo sistemático de produção de conhecimento, pois os indicadores derivados das estatísticas criminais auxiliam na elaboração de ações de combate a criminalidade permitindo que a sociedade se sinta mais segura, o que também está diretamente relacionado a uma mudança significativa no modo de atuação dos policiais militares, evidenciando características, como a inteligência e a pró-atividade.

A imprecisão e falta de padronização dos dados disponíveis combinadas à ausência de articulação entre suas unidades produtoras convergem para um quadro de ineficiência que atende de forma insatisfatória às demandas por segurança da população, geralmente, a montagem de sistemas estatísticos se dá conforme as necessidades imediatas de cada órgão gestor. Isto contribui para a proliferação de estatísticas que dificilmente, ou sob risco de forte imprecisão, poderão ser utilizadas para outros fins que não aqueles que motivaram sua produção. Ou seja, estatísticas que, padecendo do mal da falta de padronização, permanecem confinadas a um uso muito restrito, sendo dificilmente incorporáveis a mapas mais amplos. (BEATO, 2004, p. 24).

Os usos das informações traduzem uma síntese da realidade, e não a realidade propriamente dita, e a polícia tem como novo desafio trabalhar com base na inteligência, na informação e no conhecimento, o que evidencia sua aproximação com a comunidade, bem como a redefinição de seus objetivos.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), desde o ano de 2003, vem realizando ações que buscam a valorização da informação como principal ferramenta de ação dos órgãos que integram esta área.

## 5 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA PMPA

A identidade institucional é a expressão que confere personalidade e traduz o que se considera ideal para a instituição, representada nos conceitos de negócio, missão, visão e valores, onde negócio aponta a área de atuação à qual a organização pública ou empresa privada quer se dedicar; missão define a razão da existência; visão a situação desejável para o futuro; e os valores constituem a base de tudo o que se acredita como certo e adequado.

Diante disso a missão da PMPA, consiste em servir e proteger as pessoas e o patrimônio no território paraense, preservando a ordem pública, prevenindo e reprimindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, através da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir a paz social.

A instituição PMPA, é um órgão militar que integra a área da Segurança Pública, criada em 1818, com a denominação inicial de Corpo Militar de Polícia. Obteve destaque em muitos momentos históricos na história do Brasil e do Pará, entre os quais se destacam: a Cabanagem, a Guerra do Paraguai, a Campanha de Canudos, entre outras.

A violência e a crescente criminalidade estão diluídas por toda a sociedade. Para se chegar à resolução dos problemas, a Polícia Militar do Estado do Pará, tem buscado a articulação de suas ações, com a finalidade de melhoria na solução do problema relacionado à insegurança pública, possui a visão de ser reconhecida como patrimônio da sociedade paraense e instituição essencial à proteção e promoção dos direitos humanos, em razão de sua excelência no cumprimento da missão.

O mapa estratégico a seguir (quadro 1) representa a missão, a visão e a estratégia através de em um conjunto abrangente de objetivos relacionados entre si os quais são direcionadores do comportamento e do desempenho institucionais. A construção do Mapa Estratégico da Polícia Militar do Pará foi baseada nas perspectivas do Balanced Scorecard, direcionadas ao setor público, sendo publicado no ano de 2015.

O conceito de Balanced Scorecard (BSC) pode ser definido como um modelo de gestão estratégica que auxilia a mensuração dos progressos das

empresas rumo às suas metas de longo prazo, a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas.

## 5.1 Fundamentação legal

### 5.1.1 Constituição da República

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 5º - Às polícias militares cabem a **polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além (...).

### 5.1.2 Constituição do Estado do Pará

A Constituição do Estado do Pará (CE/PA), ao tratar da defesa da sociedade, estipulou limites estabelecidos pela Constituição Federal, mas definiu a amplitude da competência da PMPA, conforme se observa:

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições prevista em lei:

I - o policiamento ostensivo fardado;

II - a preservação da ordem pública;

III - a segurança interna do Estado;

IV - a colaboração na fiscalização das florestas, rios, estuários e em tudo que for relacionado com a preservação do meio ambiente;

V - a proteção do patrimônio histórico, artístico, turístico e cultural.

### 5.1.3 O Departamento Geral de Operações

Art. 9º C - O Departamento Geral de Operações é o órgão de direção geral, responsável pela supervisão, coordenação, controle e fiscalização dos órgãos de direção intermediária e de execução da atividade – fim da corporação (...)

#### 5.1.4 Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016

Regulamenta a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 093, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências.

Art. 54. São atribuições do Departamento Geral de Operações:

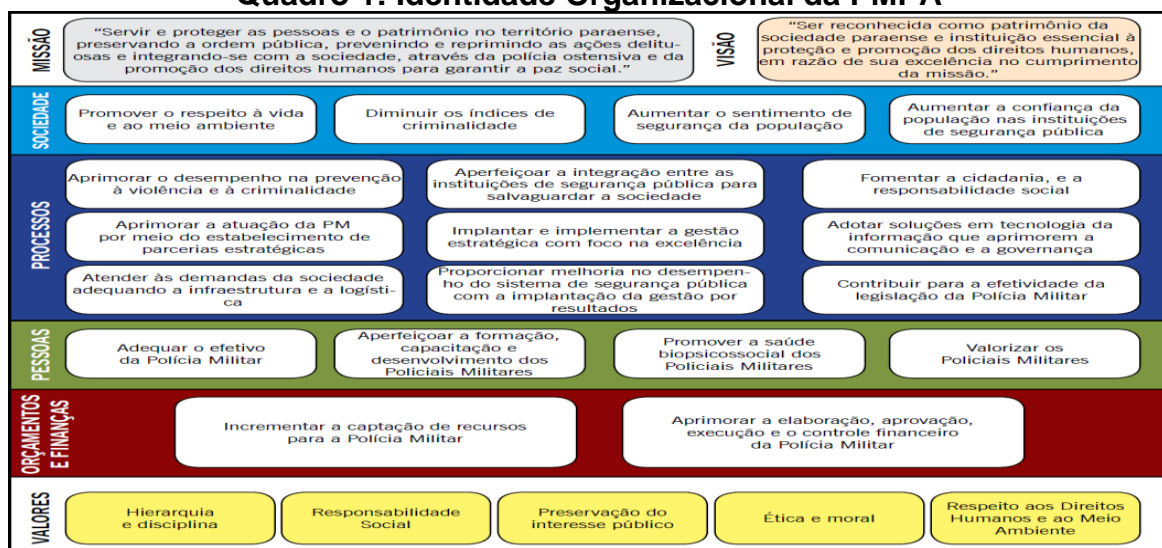
I - cumprir e fazer cumprir as diretrizes emanadas pelo Comando diante dos órgãos de direção intermediária e de execução, visando à operacionalização do planejamento estratégico da corporação;

VI - elaborar o Plano Geral de Policiamento Ostensivo do Estado, o Plano de Policiamento Ostensivo da Capital, o Plano de Policiamento Ostensivo da Região Metropolitana, o Plano de Policiamento Ostensivo do Interior, em consonância com as diretrizes do Estado Maior Geral;

#### 5.1.5 Diretriz Geral De Emprego Operacional Da Polícia Militar Do Pará nº 001/2014 DGO/PMPA

Estabelece as diretrizes básicas do Comando-Geral para o planejamento, execução, coordenação, controle e otimização das atividades operacionais de polícia ostensiva legalmente atribuídas à PMPA.

**Quadro 1: Identidade Organizacional da PMPA**



Fonte: pm.pa.com.br

## **6 A SECRETARIA ADJUNTA DE INTELIGÊNCIA E ANÁLISE CRIMINAL (SIAC): UM BREVE ESTUDO SOBRE A BASE DE DADOS QUE FOMENTA O PLANEJAMENTO DA PMPA**

A PMPA, para o desenvolvimento de políticas de enfrentamento a criminalidade, desde o ano de 2011 utiliza as estatísticas de ocorrências registradas na Polícia Civil do Pará (PCPA), por meio da base de dados do SIAC, que corresponde a um sistema de registros de ocorrências policiais em meio eletrônico.

Este software foi desenvolvido pela Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará (PRODEPA), e oferece uma plataforma moderna e ágil no que diz respeito ao registro de ocorrências.

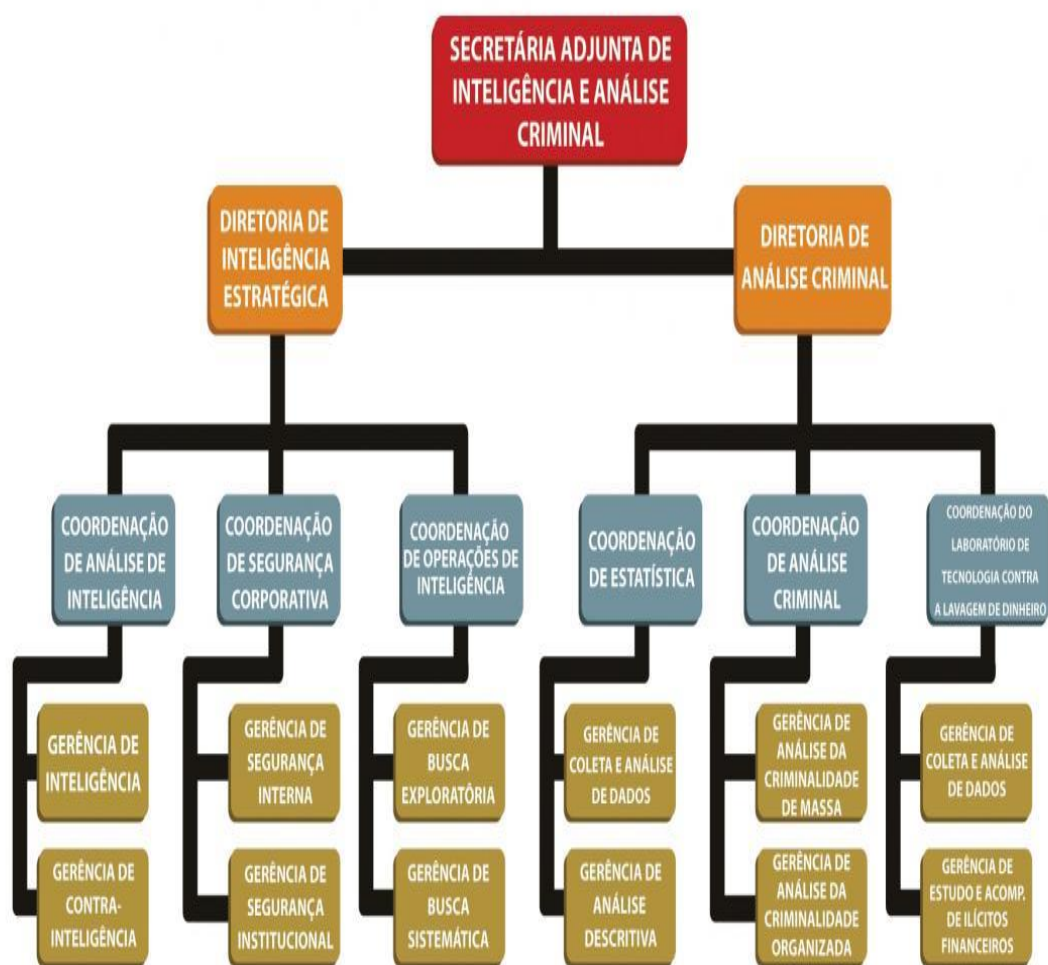
As ocorrências registradas pela SIAC se consolidam em uma base de dados que são georreferenciados a fim de delimitar os pontos críticos de violência, bem como formar as manchas criminais dos municípios que compõem o Estado do Pará. Este sistema, por sua eficácia, permite uma averiguação mais ampla dos casos que são registrados, possibilitando maior detalhamento das ocorrências, através da permissão de anexos de fotos, vídeo e áudios, mapeando casos e a movimentação de associações criminosas.

Neste sistema é possível se realizar um registro em tempo real, ou de forma off-line, de determinada ação delituosa, em que são coletados os dados mais importantes de uma ocorrência criminosa, estes dados são inseridos nesta base com precisão de detalhes a fim de dirimir a apuração da eventualidade relatada.

O acompanhamento do comportamento criminal a partir da análise diária dos registros traduz uma mudança na forma de atuação dos policiais, principalmente em âmbito estratégico e operacional, pois ao se obter conhecimento sobre locais, dias da semana, horários/períodos, pode-se delimitar estratégias pautadas em um plano de ações de forma mais específica para determinada finalidade.

Com a possibilidade de ser acessada nos mais variados meios tecnológicos, esta ferramenta, permite a integração da comunicação com os demais órgãos do sistema de segurança pública em tempo real, o que traz agilidade a criação de relatórios facilitando o trabalho dos profissionais da área, possibilitando o acesso completo a todas as informações inteligentes e importantes do banco de segurança pública do Estado.

A base SIAC possibilita que um novo modelo de gestão operacional, pautada em resultados, os quais fornecem subsídios importantes para a melhoria do desempenho da instituição PMPA.



**FIGURA 2: Organograma da SIAC**

Fonte: Segup/PA

### 6.1 O processo de geoprocessamento

Geoprocessamento é, de forma geral, o conjunto de técnicas computacionais relacionadas com a coleta, o armazenamento e o tratamento de informações espaciais ou georeferenciadas, para serem utilizadas em várias aplicações nas

quais o espaço físico geográfico represente relevância. Constitui--se em uma das principais ferramentas do processo de análise da criminalidade.

O geoprocessamento oferece como produto mapas temáticos resultantes das operações de correlação espacial entre diversas variáveis colocadas sob análise, indicando regiões de probabilidade de ocorrência dos fatores esperados no estudo.

Dessa forma, o geoprocessamento permite identificar:

- a) o mapeamento e caracterização das áreas integradas;
- b) tendências e padrões de evolução do fenômeno criminal;
- c) padrão de comportamento dos agressores;
- d) possíveis alvos;
- e) regiões de vulnerabilidade;
- f) pontos geográficos estratégicos;
- g) distância entre fatores, elementos e fenômenos;
- h) a relação entre percepções sociais do medo (sensação de insegurança) e taxas reais de criminalidade.

## **7 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE COMBATE A CRIMINALIDADE DA PMPA**

Derivada do latim *mediatione*, o conceito de mediação está diretamente ligado a intervenção humana entre duas partes. Segundo Gomes (2010, p. 87), ao se tratar de mediação, é necessário situá-la como uma ação vinculada a vida, ao movimento e ao processo de construção de sentidos.

Silva e Silva (2012), afirma que a mediação da informação é vista como um fio condutor, capaz de ligar os processos, o que vai além do pensamento de conciliação, estando diretamente relacionada ao fazer, a uma ação e por fim, a uma intervenção

Almeida Junior define a mediação como produtora de um algo a mais, algo que ultrapasse o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos do mesmo nível.

Diante das concepções acima mencionadas, pode-se analisar que a mediação é uma tarefa bastante específica, pertencente a um processo de produção de conhecimento sobre o assunto o qual se deseja, pois conforme defende Almeida Junior (2008, p.5), a mediação envolve bem mais que o simples acesso a informação...

A mediação da informação se faz presente nos mais variados ramos profissionais, entretanto Davallon (2007, p. 9), defende que “mediação da informação é uma tarefa bastante específica do domínio das ciências da informação e da comunicação”.

Diante dos conceitos acima apresentados, acerca do que vem a ser mediação da informação, percebe-se que sua definição está diretamente relacionada a uma ação de interferência, de forma intencional, com sua finalidade pautada na produção de conhecimento derivado de uma necessidade de informacional.

No campo da Ciência da Informação, especificamente na área da Biblioteconomia. Almeida Junior (2008), sugere que o objeto de estudo desta área deixe de ser exclusivamente a informação,

[...] mais do que a informação, o bibliotecário deve estar preocupado com a mediação dessa informação. Hoje, nossa reflexão aponta para a mediação da informação como objeto principal da biblioteconomia, e, portanto, do fazer bibliotecário. Tendo a mediação como diretriz, como norte, como

objeto, o bibliotecário pode alterar, pode transformar sua ação social, não ideal, mas a real. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p. 86)

Para que se possa entender a mediação da informação, se faz necessário situá-la como um processo, como um programa de ação, de intervenção ou de interferência, que para ter eficácia, necessita de sujeitos com o objetivo de satisfação de uma necessidade informacional, afim de adquirirem um novo conhecimento sobre determinado assunto.

Entender a mediação da informação, e as etapas do seu processo, possibilita ter maior clareza quanto ao tema abordado, Carvalho Silva, (2015, p. 103), descreve a mediação da informação e algumas das características de seu processo conforme se observa:

[...] Um conjunto de práticas construtivas de intervenções e interferências regidas por intencionalidades, normas/regras, correntes teórico-ideológicas e crenças concebidas pelo profissional da informação em interação com os usuários no âmbito de suas realidades cotidianas e experienciais, indicando procedimentos singulares, coletivos e /ou plurais de acesso e uso da informação, estimulando à apreensão e apropriação para satisfação de necessidade de informação.

Com o escopo de evidenciar a importância da mediação da informação na área da Segurança Pública, este estudo volta-se para a temática de interesse policial, a qual se dá através da inter-relação de dispositivos técnicos, humanos e ambientais, possibilitando o compartilhamento e a construção do conhecimento voltado para a criação de estratégias para o enfrentamento a criminalidade.

Nesta perspectiva, a PMPA, com a missão de servir e proteger as pessoas, o patrimônio no território paraense, preservando a ordem pública, prevenindo e reprimindo as ações delituosas e integrando-se com a sociedade, através da polícia ostensiva e da promoção dos direitos humanos para garantir seus valores éticos e morais, pauta-se na mediação da informação para o desenvolvimento de seu plano operacional a fim de dirimir as estratégias que irão de encontro a grande e complexa problemática da violência.

A PMPA, através do Departamento Geral de Operações (DGO), tem a obrigação legal de enfrentamento à problemática da violência no Estado do Pará, e para tanto, busca a atenuação das mais variadas modalidades de crime, bem como a melhoria da sensação de segurança dos cidadãos paraenses.

O DGO é o órgão de direção geral, responsável pela supervisão, coordenação, controle e fiscalização dos órgãos de direção intermediária e de execução das atividades fins da corporação. Nesta perspectiva, este departamento desenvolve o planejamento da instituição visando a garantia da padronização...

A Constituição do Estado do Pará (CE/PA), ao tratar da defesa da sociedade, estipulou limites estabelecidos pela Constituição Federal, mas definiu a amplitude da competência da PMPA, conforme se observa:

Art. 198. A Polícia Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições previstas em lei.

A criação de um banco de dados voltados para a segurança pública contribuiu com informações úteis para as políticas de enfrentamento a criminalidade, pois os registros das mais variadas modalidades de crimes possibilitam o dinamismo no desenvolvimento de ações preventivas e ou repressivas na redução da violência.

Compreender tais fundamentos é essencial para a discussão do tema abordado, pois apesar da violência está sempre em uma crescente, este não é um problema sem solução, o que requer esforço para que se possa notar mudanças neste paradigma.

A atividade policial tem sido alvo de diversos setores da sociedade, ansiosos por reduções de índices de criminalidade, violência e desordem, os gestores responsáveis pela segurança pública, estão sempre em busca de formas de ampliar o poder de resposta operativo, otimizando os recursos humanos e materiais, aliando-os ao aumento da eficiência das ações de combate à violência. Nesse sentido, surge a necessidade de se traçar um plano de combate e enfrentamento a crescente e constante problemática de segurança pública.

No processo de desenvolvimento do planejamento da PMPA, a mediação da informação se faz presente desde o levantamento dos dados fornecidos pela base de dados da Secretaria de Estatística e Análise Criminal – SIAC, , ao levantamento das estatísticas que mais tarde serão as informações essenciais para a delimitação dos pontos críticos de criminalidade a fim de se desenvolverem as ações táticas, estratégicas e operacionais do cotidiano policial militar.

A mediação da informação, dentro do processo de planejamento da PMPA, contribui para o levantamento do fluxo de dados constante na base da SIAC, transformando-os em conhecimentos que possibilitaram a atuação proativa dos organismos policiais no enfrentamento às mais diversas demandas de Segurança Pública no Estado do Pará.

O planejamento da instituição em pauta é realizado com a finalidade de se alcançar uma solução ao problema de segurança pública no Estado do Pará, o qual está sempre presente nos primeiros lugares, em nível nacional, no ranking de crimes gravíssimos, como o homicídio. Dessa forma, a tomada de decisões frente a tão clamada paz social, necessita reduzir as incertezas e os erros nas ações de prevenção e combate a violência, com isso a mediação da informação, vem contribuir de forma significativa no neste plano de ações.

Conforme já exposto, a mediação da informação consiste em um processo, dessa forma também o planejamento da PMPA, é constituído de um processo, em que sua primeira etapa, constitui a identificação do problema, que segundo Oliveira (2006), consiste na necessidade da análise de dois fatores: a existência de incidentes repetidos e relacionados. Estes incidentes devem ao menos ter um ponto em comum; e por último, esses incidentes devem ser uma preocupação, tanto para a comunidade, quanto para a polícia e são inúmeros os problemas que resultam nas práticas criminosas e que conseqüentemente inflamam os índices elevados de violência.

Para que se possam alcançar as diretrizes almeçadas pela corporação, o processo de planejamento estabelece um modelo de gestão específico, baseado no policiamento orientado ao problema, uma estratégia que visa aprofundar os conhecimentos acerca do problema apresentado, a fim de apresentar soluções ou respostas focadas nas causas que os geram, com vistas a eliminar ou reduzir os problemas apresentados de forma efetiva (OLIVEIRA, 2006). Dessa forma a mediação da informação, propicia precisão acerca das informações levantadas na base de dados do SISP.

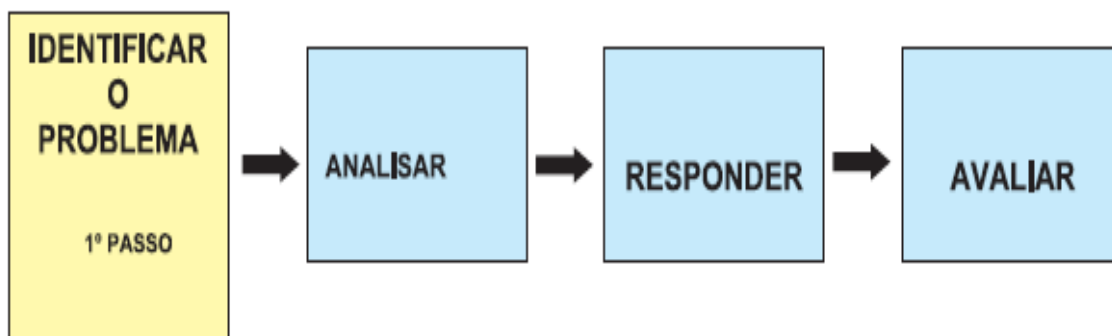
A análise de crimes não consiste em uma operação, ou uma ação estritamente da área de segurança pública, trata-se de uma atividade de apoio, de suporte, por excelência com a função de produzir informações e conhecimentos

sobre crime, violência e desordem, através de análises qualitativas e quantitativas (BOBA, 2009), o que será essencial ao desenvolvimento do planejamento da PMPA.

Uma vez identificado e priorizado o problema, a etapa seguinte, consiste na análise deste problema, em que se busca o entendimento/conhecimento do problema, como forma de se descobrir sua causa, para que se possa atuar no centro de resolução deste problema.

Na terceira etapa do processo de planejamento, busca-se o estabelecimento da solução mais adequada ao problema para posterior implementação de estratégias preventivas, sendo esta última, a fase de respostas. Nesta etapa, Oliveira (2006), destaca a importância de dimensionar objetivos, os quais podem representar a supressão completa do problema com ações sobre as causas, ou ainda, a redução de sua amplitude ou gravidade. Para isso, destacam-se várias alternativas que podem ser exploradas, tais como: ações voltadas à redução de oportunidades, alteração na prestação de serviços governamentais, fornecimento de informações confiáveis da polícia à comunidade (procedimentos de segurança, informação, etc.), desenvolvimento de novas habilidades e competências dos policiais (treinamentos), mobilização da comunidade envolvida, etc.

**Figura 3: Etapas do planejamento da PMPA**



Fonte: [pmpa.com.br](http://pmpa.com.br)

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração e a implementação de políticas de segurança pública são desafios que se renovam ano após ano, e a capacidade de se encontrar resposta à problemática de segurança pública está cada vez mais pautada no uso das informações.

Não há dúvidas de que, para prevenir e controlar efetivamente a violência e a criminalidade, é necessário um sistema de segurança pública e justiça criminal legítimo e eficiente, que respeite o Estado Democrático de Direito. Efetivamente, o bom funcionamento do sistema de justiça criminal aumenta a confiança pública e a percepção de segurança e proteção da população. Contudo, intervenções baseadas exclusivamente nas instituições policiais ou na justiça criminal não oferecem resultados duradouros no tempo, principalmente porque elas têm um impacto limitado nas possíveis causas que originam a violência. Assim, a participação da comunidade nas iniciativas de prevenção da violência constitui ferramenta fundamental para lhes dar legitimidade, mudar atitudes e mobilizar os diferentes setores e agentes de governo no longo prazo.

A PMPA, bem como os órgãos que integram a segurança pública, tem buscado atender àquilo que lhe cabe, investindo em ações preventivas, e buscando o envolvimento da sociedade, sempre objetivando robustecer o seu Sistema de Defesa Social.

A segurança pública é um dos mais persistentes entraves ao desenvolvimento do Estado do Pará, e um dos mais emergentes problemas sociais, o que exige a adoção de estratégias, e melhoria das propostas, o que se espera é a redução da criminalidade, exigindo investimentos na construção de pesquisas e produção de informações capazes de aperfeiçoar o reconhecimento e valorização dos profissionais da área de segurança pública. A sistematização das informações sobre a criminalidade é de fato muito importante, não apenas para auxiliar os órgãos executivos de segurança, mas, também, para viabilizar o desenvolvimento de políticas de segurança pública devidamente planejadas e coerentes com a realidade atual da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da Informação e múltiplas linguagens**. Pesquisa brasileira em Ciência da Informação, v.2, n.1, p.89-103,2009.

BARRETO, Aldo Albuquerque. **As estruturas da informação no processo decisório do comportamento**: o papel da fluência digital. DataGramZero, v. 7, n. 4, 2005. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em 05/12/2017.

BEAL, Adriana. **Gestão Estratégica da Informação**. São Paulo: Atlas, 2009.

BEATO, Cláudio C. **Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais**. In: encontro do fórum de debates criminalidade, violência e segurança pública no Brasil: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas, Brasília, DF. Anais. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: [www.ucamcesec.com.br](http://www.ucamcesec.com.br) acesso em: 27 dez. 2017.

BEUREN, Ilse Maria. **Gestão da informação**: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988

BRUYNE, Paul. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. 13 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2011.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada**. 5 ed. São Paulo. Saraiva, 2001.

CARVALHO SILVA, Jonathas Luiz; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. **A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar**: algumas considerações. Bibl. Esc. em Rev., Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2017. Disponível em: <http://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/viewFile/128/pdf> Acesso em: 16 de dezembro, 2017.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo. Prisma.com: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC. Porto, n. 4, jun. 2007, p.34

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. 8 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

DIAS NETO, Theodomiro. **Segurança urbana**: o modelo da nova prevenção. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais-FGV, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, H. **Tendências de pesquisa sobre mediação, circulação e apropriação da informação no Brasil**: estudo em periódicos e anais dos Enancib (2008- 2009). *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 3, n. 1, p. 85-99, 2010.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Figueiredo Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

PARÁ, **Constituição 1989**. Belém: Alepa, 1989. REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline França de. **Tecnologia da Informação aplicada a sistemas de Informação Empresariais**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PARÁ, **Constituição do Estado do Pará**. Belém: Alepa, 1989.

PARÁ, **Decreto nº 1.625, de 18 de outubro de 2016**. Belém: Palácio de Despacho, 2016.

PARÁ, Belém: Alepa, 2006.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. **Diretriz Geral De Emprego Operacional Da Polícia Militar Do Pará nº 001/2014 DGOp/PMPA**. Belém, 2014.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. Belém, 2015.

QUADROS, André Luiz Lopes. **A mediação da Informação**: os mediadores humanos e seus agentes de software inteligentes. 2001. Dissertação. Orientador: Aldo de Albuquerque Barreto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/IBICT, 2001. Dissertação.

REZENDE, Denis Alcides, ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. São Paulo: Atlas. 2006.

ROLIM, M. **Caminhos para a inovação em segurança pública no Brasil**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, ed. 1, p. 32-47, 2007.

SILVA, A. S. R. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. *Biblioteca Escolar em Revista*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012. SOARES, L. E. **Segurança pública**: presente e futuro. *Revista Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, p. 91-106, 2006.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **As políticas de segurança e os modelos de policiamento**: a emergência do policiamento de proximidade. Coimbra: Almedina, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.